 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
31	05	2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL	1

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Às 10h55min do dia 31 de maio de 2016, declaro aberta a 11ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura da Comissão de Constituição e Justiça.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.


Estão presentes o Deputado Bispo Renato Andrade e o Deputado Wellington Luiz.

Hoje nós temos uma pauta diferente. O único item da pauta é a oitiva do Secretário de Estado de Fazenda e do Secretário Adjunto de Fazenda, em atendimento ao Requerimento nº 001, de 2016, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade e outros, aprovado na 8ª Reunião Ordinária, em 10 de maio de 2016, para prestar esclarecimentos e informações acerca do Termo de Acordo de Regime Especial – TARE nº 14, de 2014, que beneficiou a Empresa Natura Cosméticos.

Eu gostaria de convidar a tomar assento à mesa o Sr. João Antônio Fleury Teixeira, Secretário de Fazenda do DF, e o Sr. Wilson José de Paula, Secretário Adjunto de Fazenda. (Pausa.)

Bom dia, Sr. Secretário e Sr. Secretário Adjunto.

Conforme noticiado pela imprensa, e segundo o requerimento aprovado nesta comissão, o governo de Brasília concedeu benefício fiscal à Empresa Natura Cosméticos em mais de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), pelo

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
31	05	2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL	2

TARE nº 14, de 2014. O referido acordo permitiu que o ICMS pago pela empresa ao GDF fosse calculado sobre o preço dos produtos vendidos às consultoras, e não sobre o valor dos catálogos dos produtos vendidos ao consumidor.

Portanto, eu vou passar a palavra aos senhores, para que possam colocar os seus esclarecimentos. Depois da explanação dos senhores, eu passarei a palavra aos Deputados para que possam esclarecer as dúvidas sobre o assunto.


Concedo a palavra ao Sr. Secretário de Fazenda, João Antônio Fleury Teixeira.

SR. JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA – Muito obrigado, Deputada. Bom dia. Muito obrigado pelo convite, pela convocação.

Eu gostaria de cumprimentar a Deputada Sandra Faraj, Presidente desta comissão; o Deputado Bispo Renato Andrade e o Deputado Wellington Luiz.

É com grande prazer que nós estamos aqui para prestar os esclarecimentos. Eu acho que é fundamental que a Câmara Legislativa possa acompanhar não só esse processo, mas todos os processos que tramitam no governo como um todo. Eu acho que essa é uma grande oportunidade para que possamos prestar os esclarecimentos, porque, muitas vezes, a falta de conhecimento dos processos leva talvez a interpretações equivocadas do que é feito no âmbito do governo, em particular, no âmbito da Secretaria de Fazenda.

Na verdade, o Sr. Wilson vai fazer uma pequena apresentação para os senhores, para que possamos tentar esclarecer. Aí eu tenho que entender que as

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
31	05	2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL	3

legislações tributárias não são tão simples de serem entendidas e levam às vezes à incompreensão dos processos.

Acordos da mesma natureza com a Natura ou com empresas assemelhadas foram feitos não só no âmbito do Distrito Federal, mas em diversos outros estados do Brasil, numa relação que busca obviamente arrecadar recursos para as finanças dos estados. Isso não é uma prática incomum, e nós vamos poder demonstrar aqui que isso não beneficiou especificamente a Empresa Natura, e sim um segmento e outros segmentos que se beneficiam do mesmo tipo de processo.

Então, eu vou deixar a palavra com o Wilson, para que ele possa fazer a apresentação. E nós esperamos que, após a apresentação, possa haver uma melhor compreensão do que realmente ocorreu em 2014. E é muito bom, porque o Wilson estava presente à época e vai poder esclarecer o assunto a todos vocês.

Muito obrigado.

SR. WILSON JOSÉ DE PAULA – Bom dia aos membros da comissão. Bom dia a todos os presentes.

Inicialmente, eu queria... Eu vou fazer a minha apresentação no telão, para que todos possam participar. Talvez daqui facilite um pouco mais.

O assunto é arenoso, mas nós vamos tentar esclarecer o máximo. Farei de uma forma bastante didática, extremamente simples. Vou tentar simplificar o máximo para tentar melhorar a compreensão de todos. (Pausa.)

S/Ana Lúcia



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL	4

Denise


(Pausa.)

SR. WILSON JOSÉ DE PAULA – Muito bem. Bom, gente, vamos tratar de um assunto bastante técnico, bastante complexo.

Antes de entrar propriamente na matéria, eu gostaria de me apresentar à Comissão, apresentar-me não enquanto secretário adjunto, que é o cargo que eu estou exercendo atualmente, mas vou fazer um brevíssimo histórico com um único objetivo: demonstrar que o ICMS e o Regime de Substituição Tributária, com o qual vamos trabalhar hoje, são assuntos muito familiares à minha pessoa e à minha carreira.

Eu comecei a trabalhar com a substituição tributária em 1995, exatamente no segundo mês em que eu tomei posse. Ou seja, foi o tema que eu escolhi para a minha carreira e para eu desenvolver dentro da Secretaria de Fazenda. Labutei com esse assunto durante dez anos intensivamente. Hoje de uma forma menos intensa, mas continua sendo uma matéria do meu dia a dia.

No segundo ano de carreira, eu fui o representante do Distrito Federal no Confaz, na Codep, representando o DF no grupo de trabalho da substituição tributária; exerci a chefia do Setor de Substituição Tributária durante quatro anos; fiscalizei, junto com a minha equipe há época, as maiores empresas do Brasil no tema Substituição Tributária – e aqui poderia citar a Wolkswagen, a Ford, a Fiat, Tintas Renner, todas as cervejarias – e tive o privilégio de debater os melhores

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
31	05	2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL	5


consultores do Brasil nesse tema que era quem prestava assessoria para essas empresas.

Tive a oportunidade, nesta Casa, em dois momentos históricos de ser auxiliar técnico nessa matéria na CPI do Combustível e na CPI da Saúde em 2012. Então, Deputado Chico, no combustível, e a Deputada Eliana Pedrosa, na CPI da Saúde.

Com isso eu só queria ressaltar a minha familiaridade com o assunto e deixar todos tranquilos com relação a todo o material que vai ser divulgado aqui com fundamento na legislação e com o compromisso com o Regimento Interno e a legislação pertinente das convocações.

Muito bem, falar do ICMS é falar do imposto de maior representatividade no Brasil hoje. A arrecadação do ICMS no Brasil hoje corresponde a 20% de toda a arrecadação tributária do País. O que significa dizer isso? É um imposto extremamente importante na vida das empresas. Um erro pode gerar um simples desfazimento dessa empresa de tão significativo que esse imposto é na composição dos custos da empresa.

O ICMS está na nossa vida a todo momento seja no comércio, seja no transporte, seja nas comunicações. Se você vai a uma padaria, nós temos ICMS; se você viaja, se você manda uma mercadoria para fora do Distrito Federal, você está pagando ICMS; se você tem televisão a cabo, se você usa celular, você está pagando ICMS. ICMS faz parte da vida do cidadão brasileiro todos os dias, daí a sua importância e todo o cuidado que nós devemos ter na sua gestão.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
31	05	2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL	6

Só um minutinho.

(Pausa para ajeitar o microfone.)

Denise

(Pausa.)

SR. WILSON JOSÉ DE PAULA – Bom, vou fazer uma pequena explanação do ICMS da forma que ele funciona para ficar claro e chegarmos ao ponto objeto da convocação que é o termo de acordo que passa por esses conceitos.


Um fornecedor faz uma venda para o Distrito Federal. Sobre essa venda você paga um ICMS de R\$ 70,00 (setenta reais). Estamos falando de casos hipotéticos. Na primeira operação ele vende para a empresa a. A empresa a vende esse produto no mercado interno por R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais). Ele também faz a mesma venda do mesmo produto pelo mesmo valor para empresa b que, por sua vez, vende por R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais). Empresa c, R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), empresa d, R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais) e uma última empresa, devido a uma questão de realidade econômica dela, resolve vender pelo mesmo preço, numa promoção ou em qualquer situação dessas. Isso, é um caso real. Então, eu compro a mercadoria, por exemplo, no Sudoeste, onde eu resido. Geralmente eu pago R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais) e em algum outro estabelecimento, dentro do Distrito Federal, eu consigo comprar por R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais). Então, estamos falando da vida como ela é em termos de tributação. Muito bem.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL	7

Vamos calcular o imposto. Vamos supor que, tendo ocorrido essas operações, nós vamos calcular esse imposto. A empresa a pagaria R\$ 182,00 (cento e oitenta e dois reais) porque, tendo vendido por R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), sobre a base de cálculo do imposto, vai aplicar a alíquota de 18 e vai subtrair o ICMS que ele pagou na operação anterior. A empresa b vai pagar R\$ 164,00 (cento e sessenta e quatro reais); a c, R\$ 146,00 (cento e quarenta e seis reais); a d, R\$ 128,00 (cento e vinte e oito reais) e e, R\$ 110,00 (cento e dez reais). Do total, o Distrito Federal arrecadaria nesse processo: R\$ 730,00 (setecentos e trinta reais) que as empresas de a a e estariam recolhendo para o Distrito Federal ao final do período de apuração. Ao final do mês.

Bom, imagine a administração tributária tendo que fiscalizar cinco empresas. Qual seria o dispêndio dessas atividades de auditoria? Normalmente, nós utilizamos dois auditores fiscais para auditar cada empresa. É um padrão de trabalho. Para auditar essas empresas ao mesmo tempo, nós precisaremos de dez auditores. Como resolver isso? Como a administração tributária ficaria mais eficiente diante de um quadro desse em que o varejo cresce de uma forma extremamente superior às empresas que são indústria, fornecedora e importadora? Instituído o regime de substituição tributária. Então, nesse sentido, a substituição tributária inverte o polo da fiscalização, canalizando a auditoria para o fornecedor. Então, ao invés de nós auditarmos cinco empresas, nós vamos auditar uma única empresa, a responsável pelo pagamento do imposto, seu cálculo, sua apuração, sua declaração. Usaria,

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
31	05	2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL	8

nesse caso, um exemplo, dois auditores para realizar o trabalho que dez deveriam fazer. O que eu ganho com isso?

PatríciaSTEIN R07


O que eu ganho com isso? Eu minimizo a sonegação, eu ganho em eficiência da máquina, eu melhora a concorrência, diminuo as obrigações acessórias da empresa, diminuindo os seus custos administrativos e dou uma certa simplificação ao processo. Então, esse é o objetivo da substituição tributária.

Mas aí vem um problema. Um problema que o STF, na ADIn nº 1.851, deixou claro. Esse problema se chama “base de cálculo”.

Se cada fornecedor, se cada varejista vende por um preço e apura pelo seu valor real – e esse é o valor a ser pago -, como, pelo regime da substituição tributária, eu vou atribuir um valor a essa operação, se ela ainda não aconteceu? Ela é presumida. Então, o grande desafio da substituição tributária foi equacionar a questão da base de cálculo.

Bom, o STF diz o seguinte: a substituição tributária é definitiva. Uma vez que o Estado tenha optado por incluir um produto na substituição tributária, ela é definitiva. Se você vender por um preço maior, eu, na condição de agente do Estado, não posso cobrar. Se você vender por um preço menor, você não pode solicitar uma restituição. Nem se compensa, nem se restitui.

Então, vamos supor que o Estado opte, naquela operação que nós visualizamos, pelo contribuinte A. A base de cálculo vai ser 1.400. Eu vou instituir o

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
31	05	2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL	9

regime de substituição tributária e vou optar pela maior base, porque eu vou aumentar a minha arrecadação.

Nesse sentido, o que estaria acontecendo? Aqui eu uso as palavras do Prof. Marco Aurélio Greco, a maior autoridade em substituição tributária neste País: estaríamos dilapidando o patrimônio das empresas. Quando o Estado cobra mais do que o devido, está indo direto ao patrimônio da empresa. Nessa situação, o imposto que, no mundo real, seria de 730, vai para 910. Então, nós estaríamos excedendo na cobrança.

E pelo outro lado? E se eu for pelo valor menor? Nesse caso, nós estaríamos perdendo 12% daquilo a que o Erário teria direito.

Então, a que conclusão a gente chega? A substituição tributária deve buscar a maior proximidade com o mundo real. Nós devemos tributar o que é correto, o que é mais perto da realidade. Ou seja, nós precisamos de um preço médio. Nesse nosso exemplo aqui, o equilíbrio se daria em 1.200 reais como base de cálculo.

Este é o desafio: implementar uma substituição tributária e mantê-la de pé. Hoje a substituição tributária representa 29% da arrecadação do Estado. Ela é extremamente importante. Nós não teríamos, hoje, a menor condição de fazer uma fiscalização tradicional, se acabássemos com toda a substituição tributária.

Vou trazer um exemplo de base de cálculo. Coca-Cola *Pet*, 2 litros. A base de cálculo de substituição tributária desse produto é R\$4,82 (quatro reais e oitenta e dois centavos), conforme a Portaria nº 72, de 2015. Eu estive em três



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL	10


supermercados diferentes, distintos. Um vendia a R\$6,49 (seis reais e quarenta e nove centavos), um vendia a R\$5,49 (cinco reais e quarenta e nove centavos), e outro vendia a R\$3,99 (três reais e noventa e nove centavos). A quem essa portaria está dando tratamento diferenciado no sentido de privilegiar? Qual desses supermercados está sendo privilegiado? O que está

s/Nara PatríciaSTEIN R07

PatríciaSTEIN R07

Está sendo privilegiado? O que está vendendo a maior? O que está vendendo no meio? O que está vendendo mais barato está sendo prejudicado pelo regime? Não. O regime, ele é definitivo. De quem vendeu a maior eu não posso cobrar. Quem vendeu a menor não pode me pedir. Essa é uma característica, é um DNA da substituição tributária. Ou você implementa a substituição tributária e aceita essa condição ou você não implementa. É uma decisão do Estado. Os benefícios são maiores do que uma eventual perda dessa. Nesse sentido, a substituição tributária vale a pena.


Exemplo dois – Eu perdi uma foto, infelizmente –: gasolina tipo C, a base de cálculo é de R\$ 3,68 (três reais e sessenta e oito centavos), Ato Cotepe 10. Tem um posto cobrando a aditivada a 3,689; tem posto cobrando a 3,65; tem posto cobrando a 3,70. Qual é o posto que está sendo beneficiado? É o da Asa Sul? É o do Sudoeste? É o de Sobradinho? Nenhum. Optou-se por implementar a substituição tributária nos

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
31	05	2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL		11

combustíveis. Com isso, a sonegação vai a um piso... Obviamente, você não consegue chegar a zero, mas ela vai a um piso que compensa.

Exemplo três, para encerrar a questão da base de cálculo. Para este aqui, eu gostaria de chamar bem a atenção dos senhores. Está aqui. Revista de maio. Isso aqui é um catálogo. Catálogo de preços de medicamentos. Se você for a qualquer farmácia, você vai pedir e vai poder ter acesso. Você pode entrar no *site* e consultar. Aquele remédio que eu citei ali, Arimidex, está aqui, nesta revista, ao preço de 921 e 94 centavos. Deveria ser a base de cálculo, porque está aqui no catálogo? Entretanto, o que é que vem no regulamento? Manda aplicar uma margem de 49,85%. Quando eu aplico essa margem, a base de cálculo vai a 734, 25% abaixo do catálogo.

Termos de acordo do Distrito Federal e do Brasil. O termo de acordo do Distrito Federal foi aprovado, por esta Casa, em 2011, pela Lei nº 4.567, que “dispõe sobre o processo administrativo fiscal e dá outras providências”. O art. 71 dessa lei prevê a adoção do termo de acordo para o cumprimento de obrigações tributárias ou fiscais, tanto para emissão quanto para escrituração de documentos, bem como para a apuração e o recolhimento. Ou seja, o termo de acordo pode tratar desde obrigações acessórias até obrigações principais. Quando eu cito “apuração”, eu estou falando em cálculo. Cabe ao Subsecretário da Receita, definida em lei, enquanto competência institucional, a elaboração, a assinatura e o acompanhamento desses termos.

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA	NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data 31 05 2016	Horário Início 11h	Sessão/Reunião CCJ – SEM REVISÃO FINAL	Página 12

Vamos entrar no nosso caso específico. Para isso, eu queria chamar atenção de todos.

(Pausa.)

Prezada Comissão,

s/06PatríciaSTEIN R07

Glória

(Pausa.)

Prezada Comissão, vamos entrar agora no nosso objeto, depois dessa explicação, e eu queria trazer para vocês, inicialmente, que aqui nós temos toda a arrecadação tributária do Distrito Federal. Uma informação pública.

E eu queria dizer aqui... (Pausa.) Qual era a arrecadação da empresa em questão em 2012? Trezentos e noventa mil. Qual era a arrecadação dessa empresa em 2011? Zero. Arrecadação dessa empresa em 2010? Zero. Arrecadação em 2009? Zero. Arrecadação em 2013? Quatrocentos e quarenta e nove mil. Arrecadação em 2014? Cento e vinte e seis milhões de reais – 2014 foi a data da assinatura do termo. Arrecadação em 2015? Dezenove milhões. O que significam esses 19 milhões? Arrecadação anual. Vou fazer uma conta de padaria. Vamos fazer uma conta de padaria. Vamos botar 20 milhões por ano, viu, Deputada? Vamos botar 20 milhões por ano. Para essa empresa, senhores, ter um benefício de 400 milhões, a gente tem que dar isenção para ela durante 20 anos! Então, a matéria é arenosa, é complexa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL	13

Uma matéria jornalística como essa tem seus direitos de pecar. Uma conta simples seria: 20 anos de arrecadação de uma empresa, 400 milhões de reais.

Muito bem. Outro dado importante... (Pausa.) Outro dado importante. Só um minutinho, para carregar. Ok. A Natura, nessa aplicação, que carrega dez dias de notas fiscais eletrônicas, e aqui cabe um parêntese: todas as aquisições – todas as aquisições – do Distrito Federal são feitas por meio de nota fiscal eletrônica. Então, nesse painel, nós temos todas as aquisições, sejam feitas por mim, sejam feitas pelos senhores, sejam feitas por uma empresa, sejam feitas por um órgão público. A Natura, nesses dez dias, emitiu 9.172 notas fiscais. Mil reais... Mil notas por dia. Se contar os finais de semana, bem mais do que isso. São 8.757 consultoras da Natura nesses dez dias – pessoas que complementam sua renda dessa forma. E aqui, Comissão, vou fazer um último parêntese, para a gente voltar para o termo, e mostrar aos senhores a fidelidade da ferramenta, trazendo para os senhores um exemplo simples: o que a Secretaria de Saúde do Distrito Federal comprou nesses dez dias?

Glória

comprou nesses dez dias. Vou clicar aqui. Com um clique, está aqui: “Secretaria de Saúde do Distrito Federal”. O que a Secretaria de Saúde... Qual o valor que ela gastou nesses dez dias? Deixa carregar... (Pausa.)

Nessa análise, num pequeno exemplo, só um parêntese com relação ao nosso tema principal, nós poderíamos estar acompanhando: foram R\$5.172.000,00



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL	14

(cinco milhões, cento e setenta e dois mil reais) nesses dez dias de aquisições. É um órgão público, não há uma questão de sigilo, tendo em vista que a aquisição de órgão público é um dado aberto. Você pode ver, então, quem foi, de quem ela comprou; você pode ver o que ela comprou. Está aqui: o primeiro aqui, um tomógrafo. Você pode ver quem foi que trouxe essa mercadoria, qual foi o caminhão que trouxe e qual foi a placa.

Muito bem. Vou voltar, então, ao nosso tema. Nós estamos falando do Termo de Acordo da Natura, que, supostamente, foi beneficiada, ou teve um tratamento privilegiado de 400 milhões de reais, ou seja, vinte anos de tributação.

O que dá suporte a isso? No Anexo IV, Caderno I, no seu item nº 12: “dispõe sobre a substituição tributária nas operações, no sistema de *marketing* direto, para a comercialização de seus produtos no porta a porta”.

O mesmo caderno, no item 12.1: “dispõe sobre a responsabilidade do substituto tributário e diz...” Ou melhor, “estabelece que a base de cálculo será ato do Secretário de Estado de Fazenda”.

Então, você tem um decreto dispondo sobre a substituição tributária, e aí trazendo o protocolo nacional; você tem, dentro do mesmo decreto, a atribuição ao Secretário de Estado de Fazenda para definir a base de cálculo. A portaria assinada pelo Sr. Secretário estabelece que... – Dispõe sobre regime de substituição tributária, e no seu art. 3º: “a critério da administração tributária, a base de cálculo do imposto poderá ser fixada por meio de Termo de Acordo”. Essa é a base legal do termo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL	15


E só existe esse termo? Vai ficar disponível aqui para todos. Desculpa, deixa eu voltar aqui. Deixa só eu pegar aqui uma... Vou copiar aqui esse endereço, que vai ficar disponível. Vamos pegar esse endereço, vamos retornar à internet, e vou simplesmente colar esse endereço aqui. (Pausa.) Vamos ver se o *site* da Fazenda... Então aqui, no *site* da Fazenda, os regimes especiais. Está carregando. Naquele *site*, naquela página da Secretaria de Fazenda, a página mais transparente de termos de acordo do País, vocês vão encontrar centenas de termos de acordo. Centenas! Vou extrair alguns aqui para não ser enfadonho.

Termo de Acordo nº 052, de 1999, Mary Kay do Brasil. Margem de valor agregado: 40%. Vigência: indeterminada. Sun Skin Brasil. Margem de agregação: 40%. Termo de Acordo nº 054, de 2000, Yakult – está um pouco fora do escopo, mas achei curioso colocar. Termo de Acordo nº 010, de 2005: 40%. Cálamo – Boticário – 30%.

s/ Célia

RMESSIAS R03 SUPER, FIZ O TRABALHO SEM ROTEIRO, POIS AS TAQUIÍGRAFAS FORAM EMBORA E NÃO ACHEI OS ROLINHOS. NÃO ESTAVAM NA SALA DA REVISÃO, TAMPOUCO NA CAIXA. CONFIEI NO QUE COLOCARAM. MANTIVE FIDELIDADE.

40%. Cálamo – Boticário, 30%. Termo de Acordo 107, de 2005. Dani Indústria, 30%. Cálamo, cuja retificação também foi assinada por mim. Cada termo de acordo desse tem um subsecretário, porque a competência sempre foi do subsecretário.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
31	05	2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL	
					16

Cálamo 014, de 2012, também assinado por mim, e Natura, zero, quarenta por cento, também assinado por mim.


Estudo comparado. Até 2014, o Distrito Federal e o Mato Grosso do Sul eram as únicas jabuticabas deste País, insistindo numa metodologia de cálculo que ninguém utilizava no Brasil inteiro, levando as empresas do setor a promoverem depósitos judiciais e passando seis anos sem recolher um centavo.

A Comissão deve ter tomado conhecimento. Nós enviamos cópia do inteiro teor do processo para a Casa. Eram mais de 140 milhões depositados da Natura, sendo corrigidos pela poupança. Um dinheiro que só beneficiava o sistema financeiro. Enquanto isso, a sociedade carente.

Minas Gerais, há um ano, alterou a margem para 30%. Mas, até então, era de 20%.

Eu queria, para encerrar, abrir um desses, só para visualizar como se faz. Vou abrir o 052, de 1999, consultar. Vou depender um pouquinho da boa vontade. Está aqui. Consulta simples. Você clicou aqui e tem o inteiro teor do termo. Revendedores autônomos, venda porta a porta, base de cálculo com uma margem de 40%. Termo, tempo de vigência indeterminado.

Os senhores poderiam também saber quem foi o subsecretário que assinou. A documentação está toda livre, pronta para pesquisa. Em cada uma dessas aqui, inclusive não só da Natura, vocês vão ver meu nome, mas da Cálamo também, vocês vão ver meu nome.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
31	05	2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL	17

Prezada Comissão, reitero minha grande satisfação em estar aqui. Minha presença aqui foi uma grande oportunidade, me coloco inteiramente à disposição para os questionamentos e reitero minha sempre disposição em estar nesta Casa. Já estive aqui aproximadamente dezenas de vezes e virei sempre, mesmo chamado, convidado ou convocado. A gente está sempre à disposição. É sempre uma satisfação vir.

Obrigado pela atenção. Fico à disposição de todos.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Obrigada, Subsecretário Wilson.


Convido a fazer uso da palavra o Deputado Robério Negreiros, para que, caso haja alguma indagação ou alguma pergunta, possa fazê-la.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Os outros Parlamentares saíram?

Da minha parte, Sra. Presidente, eu assinei o requerimento de convocação do Secretário de Fazenda, do Secretário Adjunto. Acho que é um papel desta Casa averiguarmos tudo que surge e, justamente, é uma oportunidade de ter uma explanação técnica.

A área de orçamento e a área de auditoria não são a minha área, porque a minha área é jurídica, mas aqui, como Parlamentar, a gente tem que entender de tudo um pouco e me declaro

S/Sandra

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
31	05	2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL	18

RMESSIAS R03 SUPER, FIZ O TRABALHO SEM ROTEIRO, POIS AS TAQUIÍGRAFAS FORAM EMBORA E NÃO ACHEI OS ROLINHOS. NÃO ESTAVAM NA SALA DA REVISÃO, TAMPOUCO NA CAIXA. CONFIEI NO QUE COLOCARAM.


me declaro suficientemente atendido pela explanação e não tenho nada a declarar.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Eu pedi para avisar os demais Parlamentares se estiverem ao redor daqui da sala. Então eu queria dar um segundinho de espera aqui só para a gente saber se algum Parlamentar ainda tem alguma pergunta ou alguma indagação ou se estão suficientemente satisfeitos com a explanação do Subsecretário a respeito do tema. Eu gostaria que tivessem um pouquinho de paciência para que a gente possa dirimir essas possíveis dúvidas.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente...

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Pois não, Deputado.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, eu até conversei com ele aqui. Tem a questão que saiu também na imprensa sobre a Avon, justamente porque poderia ter algo que pudesse beneficiar apenas um. Mas existe o processo que foi pedido pela Avon, que é outra empresa, parece que é concorrente da Natura, e está lá para ser apreciado, só que parece que a Avon está sem certidão. E todos sabem que, sem as certidões, até pela questão da legislação, não há como se apreciar nada, sem a questão legal de a empresa estar em dia com o Fisco, seja por certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa, que é isso que a legislação coloca.


 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
31	05	2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL	19

Eu queria só confirmar isso para constar nas notas taquigráficas que a Avon, existe o pedido, mas o pedido não foi ainda autorizado, porque existe essa pendência. Se a empresa... O meu questionamento é, se a empresa fizer esse atendimento da certidão, se realmente sai a equidade em relação à concorrente Mary Kay do Brasil.

SR. WILSON JOSÉ DE PAULA – Ok. Realmente a questão da imprensa é sempre... A gente está sempre à disposição e vai estar sempre, mas a flexibilidade do tema gera esse tipo de confusão.

Bom, a Mary Kay já tem, eu não sei, parece que saiu alguma coisa dela também. Eu não sei se ela tem outra unidade que pediu, vai ser analisada. A Avon, o pedido dela é de 2015. Quero reiterar aqui que, se o pedido tivesse sido em 2014, na minha gestão, enquanto subsecretário, estaria assinado, assim como está assinado o da Boticário, assim como está assinado o da Natura. Então é uma questão processual. Eu, devido à matéria, eu fui buscar. Não está mais na minha alçada. Eu não sou o subsecretário da Receita. Atualmente eu sou o Secretário Adjunto e não tenho competência para isso, mas questionei o Subsecretário a respeito do tema e ele, então, me passou a informação de que ela está com problema certidão, que é uma questão burocrática. Assim que ela resolver, com certeza, à luz da legislação que foi colocada aqui, vai ser concedida.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Obrigada, Secretário.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
31	05	2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL	20

Eu gostaria de fazer uma correção. Eu mencionei Subsecretário. Desculpe-me, é Secretário Adjunto de Fazenda.

Deputado Wellington Luiz, o senhor gostaria de fazer alguma pergunta?


DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Eu gostaria, Sra. Presidente.

Em primeiro lugar, quero parabenizar esta Comissão pela iniciativa, agradecer ao Secretário, ao Secretário Adjunto, e deixar bem claro que o que esta Comissão faz é oportunizar aos novos secretários, até porque a imprensa acaba estampando, às vezes, fatos que não são verdadeiros.

Às vezes, os secretários ficam chateados com os Parlamentares quando têm que vir aqui, seja por convite, seja por convocação, e eu tenho dito: esta é a grande oportunidade que os secretários têm de esclarecer todas as dúvidas, todas as ilações, e o Parlamento existe para isso. Obviamente que, quanto às perguntas que ficarem sem resposta, aí sim, as providências devem ser adotadas, porque este é o papel de fiscalização desta Casa.

Mas, Secretário Wilson, deixe eu lhe... Primeiro, eu estava dando uma olhada neste processo administrativo e percebi que não há uma provocação da Natura. O senhor sabe informar onde está essa provocação? Onde ele solicita os benefícios, os quais a Secretaria lhe concedeu?

SR. WILSON JOSÉ DE PAULA – Pois não. Bom, eu queria também reafirmar com o Deputado esta questão da oportunidade. A gente entende dessa forma

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
31	05	2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL	21

também. Nós já estivemos aqui em outras oportunidades. E para a gente é sempre... é a forma que a gente encara a vinda aqui.

Bom, existe uma questão que hoje está muito bem colocada no País e no Distrito Federal, que é essa questão nossa da crise do desequilíbrio. E essa crise não começou em 2015


Tatiana R09

E essa crise não começou em 2015, essa crise não começou em 2014, muito menos agora, em 2016. Essa crise, quando a gente começou a vislumbrar os seus sinais, nós estávamos nos idos de 2013, e tivemos a compreensão desta Casa, em alguns momentos, para promover os recursos necessários.

A questão da Natura, em particular, era uma questão de urgência. A Natura tinha um valor extremamente significativo. A Procuradoria, que é a nossa representante na Justiça, já havia sinalizado que aquele processo, tendo em vista as perícias, como está no processo, tendo em vistas as perícias já realizadas... o final, o desfecho desse processo, seria o estabelecimento das margens.

Diante dessas notícias, nós tomamos a iniciativa de buscar o recurso que estava então depositado. Essa foi uma iniciativa da Secretaria de Fazenda no sentido de conciliar, ajudar na conciliação da demanda judicial que até então ocorria.

Essa não é só uma questão nesse processo. Esse processo, vocês podem observar, ele tem uma celeridade. E seria ótimo que todos os processos da Fazenda tivessem essa mesma celeridade. Infelizmente, às vezes a questão da empresa, às

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
31	05	2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL	22

vezes uma questão da burocracia, que estamos todo tempo lutando. E eu, como subsecretário, lutei muito contra isso.


Então, uma iniciativa da subsecretaria, junto com a Procuradoria, em uma conversa de Estado, em uma conversa republicana, em que nós, então, decidimos que esses recursos deveriam ser carreados para a sociedade. Foi nesse sentido. Inclusive, um registro aqui, temos vários servidores aqui presentes: foi com esse dinheiro que conseguimos pagar a folha de setembro e outubro de 2014.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Então, o senhor está me dizendo que não houve um pedido da Natura, que a iniciativa partiu da subsecretaria, juntamente com a Procuradoria, e que não consta dos autos. É isso?

SR. WILSON JOSÉ DE PAULA – Não. Não consta nos autos. A manifestação da empresa está na assinatura do termo. Mas a iniciativa do processo, não. Como está transparente aí no processo.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Secretário, desculpe, mas não está transparente, porque não houve... onde está a manifestação da Procuradoria com relação a esse acordo? Permita-me a ignorância, porque não sou da área. A minha área não é essa, mas... onde está explícito, por exemplo, que a Procuradoria e a subsecretaria chegaram a esse acordo, que deveriam agir dessa forma?

SR. WILSON JOSÉ DE PAULA – Na decisão judicial. Na sentença do processo que está no corpo do termo. Então, se nós entrarmos... podemos fazer isso aqui agora.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
31	05	2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL	
				23	

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Não. Não precisa.

SR. WILSON JOSÉ DE PAULA – Nós podemos entra lá, na sentença do juiz, ele diz o seguinte: “tendo em vista o termo de acordo, entendido pela Procuradoria e pela empresa, perdeu-se o objeto”.


DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – E aí, em uma conversa informal, vocês resolveram então...

SR. WILSON JOSÉ DE PAULA – Eu não diria... tudo bem, informal porque não está no papel. Mas o que ocorre? A responsabilidade administrativa do termo é do subsecretário da Receita enquanto competência legal. E da Procuradoria é a sua representação no Judiciário. E cada um fez o seu papel no seu âmbito.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – O senhor me perdoe, é porque, como eu também sou servidor público, no poder público não existe relação informal. Tudo é com base na formalidade. Mas tudo bem. Eu percebi aqui também...

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Só um instante, Deputado Wellington Luiz. Eu acho que tudo bem não. Eu acho que o que temos aí, logicamente, é um prejuízo, pelo menos ao meu ver, ainda. Por isso, eu busquei até uma das informações que você deu no Supremo Tribunal, que não bate ainda e eu vou procurar saber isso direitinho.

Eu acho que é um prejuízo, sim, Deputado Wellington Luiz. E o Estado tem que ser provocado em qualquer coisa que ele vai fazer. E tem que ter a formalidade dos seus atos. Isso é claro na legislação! Então, não há esse negócio: vamos fazer e

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
31	05	2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL	24

vamos fazer. E, mais ainda, tem que ter a formalidade. O senhor tem a obrigação de apresentar a esta Comissão, a esta Casa, o ato que formalizou esse pedido! Não é um favor, não. É uma obrigação do senhor como gestor do Estado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Deputado, obrigado. Secretário, outra coisa: eu percebi aqui que, nessa época, a Natura já tinha uma dívida de 147 milhões relativa a 4 anos, e o ato retroage a 12 anos. Não é isso?

SR. WILSON JOSÉ DE PAULA – O ato retroage com base nas ações judiciais que cobrem exatamente o mesmo valor dos autos, o mesmo período dos autos.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Mas já havia uma dívida?


SR. WILSON JOSÉ DE PAULA – Havia, não. Há.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Há uma dívida, desculpa. Vamos mudar o verbo. Obrigado pela correção. Mas, nessa época, então, já havia uma dívida

Tatiana R09

Mas, nessa época, então, já havia uma dívida de 147 milhões quando o benefício foi concedido?

SR. WILSON JOSÉ DE PAULA – Vamos esclarecer: primeiro, não há benefício. Número dois: os autos de infração – que estão aqui e vou deixar aqui na Comissão – , com seus números de processo e com suas autuações, os 147 milhões, dizem respeito ao mesmo período dos depósitos judiciais, e, o que é mais absurdo, os mesmos períodos ainda foram inscritos em dívida ativa.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
31	05	2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL	
				25	


Então... e é curioso quando se fala em 400 milhões de benefícios! O valor do levantamento que foi feito é exatamente o valor dos autos. Por quê? Porque a empresa não aceitava a forma de o Estado cobrar e optou pelo depósito judicial. O depósito judicial naturalmente tem que corresponder ao valor do crédito tributário. É isso o que aconteceu. Os autos não deixaram de existir – quero deixar isso claro. Os autos continuam com seus trâmites administrativos preservados, até a avaliação final, Deputado.

Então, o fato que eu queria deixar bem claro: esses valores desses autos de infração – que são três: o 40.731, o 40.730 e o 40.729 – dizem respeito a exatamente os mesmos fatos geradores dos depósitos judiciais.

Agora, uma pergunta que poderia ser feita: como está sendo feito depósito judicial e lavra-se auto de infração? Acho que isso, durante o processo administrativo, é que vai ser discutido.

Então, com tranquilidade, acho que a questão... a urgência pode ter provocado algum equívoco. Temos dezenas, é... de afastamento de normas. Quem faz corre o risco de se equivocar. Se tivermos, eventualmente, nos equivocado, coisa que até o momento não conseguimos vislumbrar, não teremos problema nenhum em assumir e fazer a correção que for necessária.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Secretário, volto a dizer, perdoe-me a ignorância: se o termo não é “benefício” para esses 400 milhões, qual seria o termo que nós deveríamos utilizar, até para eu me corrigir e não utilizá-lo mais?

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
31	05	2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL		26

SR. WILSON JOSÉ DE PAULA – Deputado, eu tive a oportunidade de mostrar aqui que a arrecadação da Natura, anual – mostrei dentro do sistema *on-line* da Secretaria de Fazenda –, é de 20 milhões de reais por ano. Para se conceder um benefício de 400 milhões de reais, eu levaria vinte anos. Então, eu atribuo isso aí a um erro de imprensa, devido à complexidade do assunto.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Pois é, mas essa ação que o senhor disse que não é um benefício e que, de fato, aconteceu na melhor das intenções, segundo V.Sa., se não é um benefício, o que é isso?


SR. WILSON JOSÉ DE PAULA – Isso é um regime especial de apuração do imposto, tendo em vista o regime da subsunção tributária.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ok.

SR. WILSON JOSÉ DE PAULA – O regime da subsunção tributária trabalha com a base presumida. Eu não sei por quanto a revendedora vai vender, eu não sei por quanto a padaria vai vender a Coca-Cola, mas eu tenho que estabelecer uma base de cálculo, porque quem vai fazer o recolhimento e a apuração é o remetente. Agora, eu não posso tributar pelo máximo e, aí, quebrar todas as empresas; eu não posso tributar pelo mínimo e, aí, causar um prejuízo ao Erário. O que a gente tem que buscar? Um meio termo.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ok.

SR. WILSON JOSÉ DE PAULA – Então, eu afirmo, categoricamente, que os quarenta por cento nasceram com base numa perícia judicial, estão dentro da média

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA	NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data 31 05 2016	Horário Início 11h	Sessão/Reunião CCJ – SEM REVISÃO FINAL	Página 27

das margens de todo o País e, o mais importante, são a margem que está prevista no Anexo VII do RICMS, quando você trata de cosmético e material de higiene e limpeza.

Portanto, esse termo não é benefício, é uma forma simplificada para evitar sonegação, para melhorar a eficiência do Estado. E nós temos centenas de termos desse – centenas! –, com o mesmo teor!

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – O valor é presumido ou é com base no catálogo?

SR. WILSON JOSÉ DE PAULA – Ele é com base na margem. Eu pego o preço de venda de Natura, aplico... vamos supor que ela tenha vendido por 100 reais. Eu aplico quarenta por cento a esse valor, o que vai me dar uma base de 140 reais. Ou seja, é como se aquela revendedora, que nós conhecemos, estivesse tendo uma margem de lucro de quarenta por cento.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Então, não é com base no catálogo?


SR. WILSON JOSÉ DE PAULA – Não é com base no catálogo.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – A gente ignora o catálogo?

SR. WILSON JOSÉ DE PAULA – Ignora o catálogo. Assim como eu citei mais cedo, nós ignoramos esse aqui.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ok.

SR. WILSON JOSÉ DE PAULA – Esse aqui é o catálogo de medicamento. Nós ignoramos

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
31	05	2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL	
				28	

REVISORA: VERONICA Esse aqui é o catálogo de medicamentos. Nós ignoramos esse catálogo e aplicamos a margem de quarenta e nove e oitenta e cinco.


DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – A Primeira Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos, da Secretaria de Fazenda – eu quero inclusive registrar e agradecer a presença do Sr. Giovani Leal, ex-Presidente e Conselheiro do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais –, negou, no mérito, por unanimidade dos seus conselheiros, o recurso voluntário por meio do acórdão publicado em 13/02/2015, no Diário Oficial nº 25, os embargos declaratórios.

Isso não foi levado em conta na decisão?

SR. WILSON JOSÉ DE PAULA – Bom, essa decisão foi desse ano. Esse auto de infração tem como base 2002, alguma coisa dessa ordem, e foi julgado em 2016, quatorze anos depois.

É ruim. Não cabe a nós. O TARF **(SUPER, AQUI É O TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS)** é uma unidade como as outras instâncias de julgamento, e tem sua independência para julgar. Nós não vamos aqui discutir a decisão do TARF.

Eu queria só esclarecer que, quanto a esse auto que foi julgado agora, foi ele que deu base aos depósitos judiciais. Aquele auto de infração... é acertada a decisão. Por quê? Porque ele não faz parte dos depósitos! Aqueles fatos geradores do auto de infração são autos apartados! Os processos que fazem parte – cujo fato gerador do

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
31	05	2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL	29

imposto faz parte do depósito judicial –, são esses que estão com o seu andamento administrativo correndo regularmente. Então, assim... não há relação!

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado pelo esclarecimento.

Secretário, voltando um pouquinho, há um convênio de julho de 2006 que diz o seguinte: “A base de cálculo do imposto para fins de substituição tributária será o valor correspondente ao preço de venda ao consumidor constante de tabela estabelecida por órgão competente ou, na falta deste, o preço gerido pelo fabricante ou remetente, assim entendido aquele constante em catálogo ou lista de preço de sua emissão. Fonte: Convênio nº 45, de 1999, alterado pelo Convênio nº 06, de 2006”.

Não há uma divergência da informação dada pelo senhor?

SR. WILSON JOSÉ DE PAULA – Não, eu não citei o convênio. Eu citei o decreto. A minha atividade é plenamente vinculada. Se for o caso de discutirmos o decreto...


DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – O resultado. Porque o senhor disse que não... com base no preço presumido, e não no catálogo.

SR. WILSON JOSÉ DE PAULA – Isso, exatamente.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Pois é.

SR. WILSON JOSÉ DE PAULA – Eu poderia...

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Deixe eu avocar novamente à nossa ignorância.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
31	05	2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL	30

SR. WILSON JOSÉ DE PAULA – Pois não.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – A que nós temos que nos remeter, como Parlamentares? Ao convênio, para fazer nosso juízo de valor, ou ao decreto?

SR. WILSON JOSÉ DE PAULA – A minha atividade... eu acho que é uma questão a ser colocada, assim como a do medicamento. Se nós passarmos a cobrar o medicamento pelo catálogo – porque o dispositivo existe para o mesmo produto –, simplesmente nós vamos triplicar o valor do ICMS do medicamento. Esse é um ponto. E isso é o certo? Será que a farmácia não dá desconto?

A questão do catálogo, o convênio de medicamento trata da mesma forma. Entretanto, o Sr. Governador implementou de forma diferente, via decreto, atribuindo ao Secretário de Fazenda a competência de definir a base. É essa a questão. E aí, obviamente, eu gostaria muito de fazer esse debate, de trazer todos os convênios que nós implementamos de forma diferente.


DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – ã-hã. Porque parece que há um conflito, não é isso, Secretário?

SR. WILSON JOSÉ DE PAULA – Eu não tenho dúvida.

SR. JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA – Deputado, se o senhor me permite...

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Claro.

SR. JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA – Na verdade, quanto aos convênios que são aprovados no âmbito do Confaz e depois são homologados aqui, na Câmara,

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
31	05	2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL	31


muitos desses convênios – e isso em vários estados brasileiros – acabam sendo regulamentados de forma diferenciada em função da realidade de cada um dos estados. Isso não é uma prática exclusiva do GDF. Isso tem muito a ver com a própria realidade do mercado daquele estado.

O senhor vai encontrar alguns tributos... por exemplo, na aviação

s/Luciana

REVISORA: VERONICA na aviação, particularmente no Nordeste, hoje, por força de decretos ou de portarias do Secretário de Fazenda, reduziram o ICMS para 3%. Aqui nós praticamos 12%, e outros estados praticam 25%. Então isso varia muito em função... A crise que o Brasil está vivendo hoje vem... Na verdade, essa crise está instalada desde 2008. Ela leva a práticas dos estados muito em função da realidade do seu próprio mercado.

Quanto à questão, por exemplo, da aviação, em alguns estados... Recentemente, aqui, no próprio GDF, nós tivemos notícia desse tema de que a TAM acabaria com o voo de Brasília a Miami. Essa foi uma questão que inclusive chegou para discussão na Secretaria por questão da tributação, mas esses voos internacionais não têm tributo. Então, na verdade, as empresas mudaram toda a sua malha. Algumas áreas dos estados do Nordeste, do Amazonas e outros estavam ficando sem atendimento de empresas áreas. Então, os governos locais resolveram reduzir esses impostos para margens muito pequenas, para continuar viabilizando

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
31	05	2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL	
				32	


que aqueles locais fossem atendidos por voos. Estou dando um exemplo específico, mas isso vale em caráter geral.

Uma outra questão importante é que esses acordos – como bem o Wilson já citou, e estão disponíveis na página da Secretaria de Fazenda – são feitos em função da realidade de cada momento. Nós temos mais de cem acordos feitos na Secretaria de Fazenda nos mesmos moldes desses que foram feitos com a Natura. Se o senhor for verificar nos estados brasileiros, a própria Natura e outras empresas fizeram acordos da mesma natureza em vários estados brasileiros com características diferentes, com a realidade de cada estado.

É bom deixar claro que isso não é exclusividade daqui, que o procedimento não é exclusividade do GDF. O GDF, diferentemente de outros estados, não tem benefícios fiscais. O nível de benefício fiscal do GDF é mínimo, porque o Ministério Público aqui não concorda com o benefício fiscal. Com isso, o GDF está perdendo todas as empresas instaladas aqui para Goiás.

Esse, sim, é um grande problema que temos aqui. E vamos perder todas, porque Goiás e Minas têm benefícios fiscais extremamente violentos – digamos assim – que fazem com que as empresas saiam daqui, atravessem a fronteira, e nós assim perdemos a arrecadação, perdemos empregos. E essa é uma situação...

Estou trazendo o tema, porque eu acho que seria bastante importante se a Câmara pudesse trazer esse debate para dentro dela, convidando o Ministério Público, para entender por que o Ministério Público daqui é o único do Brasil que não

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
31	05	2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL	33

concorda que haja subsídios, enquanto todos os estados brasileiros assim o fazem.

Com isso, quem perde é o GDF. Perde emprego, perde arrecadação, perde tudo.


DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – É porque a Constituição daqui é diferente da de todos os outros estados. Ela tem um... Pode ter certeza.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Acabei dizendo que eu estava satisfeito, e ainda continua satisfeito com a explanação, mas eu queria só inquirir o Secretário ou o Secretário Adjunto – tanto faz. Quero saber se o Termo nº 052, de 99 – noventa e nove deve ser o ano –, e se a empresa Mary Kay é do mesmo segmento da Natura, que foi o termo assinado em 2014. Seria uma forma de a gente aferir esse paradigma. Então, se já tem desde 1999 e não tem nenhuma discussão, eu acho que o termo da Natura não teria nenhum tipo de problema, pelo menos no meu entendimento perfunctório.

Sobre essa questão do decreto, pedindo vênica ao que foi falado pelo Deputado Wellington Luiz, eu creio que o decreto é o instrumento para que o agente público – no caso, os agentes da Secretaria de Fazenda – possa se nortear e agir, mesmo havendo algum tipo de diferenciação em relação à questão de um convênio, apesar de não haver hierarquia entre o decreto e o convênio, como teria de a lei se sobrepor à questão do decreto.

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA	NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data 31 05 2016	Horário Início 11h	Sessão/Reunião CCJ – SEM REVISÃO FINAL	Página 34

Mas eu gostaria só de saber se estão em voga o Termo nº 052, de 99, no importe de 40%, e o Termo nº 014, de 2014, da Natura Cosméticos, que foi o que norteou tudo aqui, no importe de 40%, e se é um paradigma, se são iguais em termos de segmento e se houve algum tipo de questionamento a esse número 052, de 99.


SR. WILSON JOSÉ DE PAULA – Bem, trata-se exatamente do mesmo segmento, ou seja, norteado pelo convênio que foi citado pelo decreto no seu item 12. Ou seja, mercadoria que comercializa, que trabalha no ramo de *marketing* direto. Vocês nunca – não vou falar nunca, porque a Natura está mudando, não é? Eu obtive informações de que ela vai abrir lojas. Mas, até o presente momento, são empresas que trabalham e, por isso, estão abarcadas pelo item 12 do decreto em porta em porta. São aquelas consultoras que procuram as pessoas para fazer a venda dos seus produtos

s/Liana

Denise

que procuram as pessoas para fazer a venda dos seus produtos. E a margem? Como você discute a margem? Essa margem é definida ou por pesquisa ou, no caso da Natura, com decisão judicial ou por outros instrumentos de aferição.

Então, é o mesmo caso. Venda porta a porta; consultora e vocês, até a presente data, em Brasília, não vão encontrar uma loja sequer nem da Mary Kay nem da Natura, porque trabalham no marketing direto.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
31	05	2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL	35

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, eu me declaro mais do que atendido em relação à questão das explanações.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Ok, Deputado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, até para primeiro deixar bem claro que há sim aí um problema, pedindo vênica também ao Deputado, tanto é que o Secretário reconheceu que há um conflito entre o convênio e o decreto. Ou seja, o decreto não é um instrumento exclusivo. Foi utilizado em determinado momento, mas não é.


E para deixar bem claro, no art. 6º, na base de cálculo do imposto, seu inciso VII: “Para fins de base de substituição tributária, existindo preço final a consumidor, sugerido pelo fabricante,...

– III - Existindo preço final a consumidor, sugerido pelo fabricante ou importador, esse será a base de cálculo para fins de substituição tributária, desde que previsto no regulamento ou em acordo firmado com outras unidades federadas”

Fonte: Lei Distrital nº 1.254, de 1996.

Aqui prevalece a hierarquia das leis.

Secretário, até para fechar isso e também oportunizando V.Sa. com relação a esse tema, com relação àquela decisão do Tribunal Administrativo, o Relator no seu voto e na sua conclusão disse: “Enfim, toda argumentação dos presentes embargos

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
31	05	2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL		36

cai por terra na medida em que nenhum termo de acordo tem o poder de alterar a lei tributária, principalmente retroagindo doze anos para conceder remissão total ou parcial do crédito tributário legalmente constituído e objeto do contencioso, submetido a este Tribunal a quem compete proferir decisão definitiva na esfera administrativa.

Acompanho, portanto, a Conselheira-Relatora”.


Essa é a declaração de voto do Relator, em 18 de fevereiro de 2016. Isso até para V.Exa. ter oportunidade de explicar essa decisão que aconteceu no início deste ano.

SR. WILSON JOSÉ DE PAULA – Obrigado, Deputado.

Realmente, é bastante oportuno. V.Exa. me deu a oportunidade e eu farei questão de falar sobre esse ponto.

Esse ponto está sob duas bases. Primeira, o termo da Natura teve como fundamento três ações declaratórias que já estavam no Poder Judiciário há aproximadamente seis anos.

O termo de acordo serviu de base para a conciliação da ação judicial. Foi por isso que a ação perdeu o objeto, foi por isso que o Judiciário permitiu o levantamento dos valores que lá estavam depositados, corrigidos pela caderneta de poupança em detrimento da sociedade do Distrito Federal. Então, obviamente que esse termo deveria vir para resolver esse problema que era fazer o levantamento dos depósitos.

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
31	05	2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL		37

Uma vez que a ação judicial, a ação declaratória, o objeto de discussão dessa ação era exatamente qual era a base de cálculo: é o valor da revista ou é a margem?

E por que há essa discussão? Porque as revendedoras nem sempre vendem pelo mesmo preço, pelo preço de catálogo. Muitas vezes até elas consomem o produto e a substituição tributária é paga. E isso ficou comprovado na perícia. Esse é um dos motivos.


Motivo dois: a previsão do art. 3º da Portaria nº 386, que regulamenta a base de cálculo desse segmento, retroagiu os seus efeitos retroagiu os seus efeitos há 1999. Vamos discutir retroatividade? Então, vamos discutir retroatividade dentro de um processo amplo. Essas foram as duas bases da data de retroatividade do termo, que nasceu para resolver um problema judicial específico. Se assim não o fosse, não teria ocorrido levantamento financeiro e, provavelmente, estaria em julgamento até hoje.

Segunda base, a portaria que dá sustentação ao termo retroagiu há 1999. Ou seja, à data de sua publicação original.

Foram esses os motivos.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Muito obrigado, Ssecretário, pelas explicações.

Há mais três perguntas. Eu também ratifico a oportunidade de V.Sa. esclarecer dúvidas não só minhas. Uma delas – e a gente entende que, às vezes, a

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
31	05	2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL	38


imprensa nem sempre traz a realidade dos fatos, muitas vezes, sim, mas nem sempre – diz respeito à delimitação do tempo por doze anos, exclui créditos tributários definitivamente constituídos em afronta direta aos arts. 141 do CTN – Código Tributário Nacional, e ao 27 do Código Tributário do Distrito Federal. Somente admitem a modificação do crédito tributário legalmente constituído por meio de lei, porque os Códigos Tributários Nacional e Distrital foram, se é que foram, desrespeitados? Se é que foram, deixando isso bem claro.

SR. WILSON JOSÉ DE PAULA – Ok, Deputado.

Há realmente necessidade de esclarecimento. Primeiro, não houve, vou ser bem categórico, não houve – e, aí na forma do art. 88 do Regimento Interno desta Casa, eu gostaria que ficasse consignado na ata, por favor – não houve exclusão de crédito tributário.

Os processos que constituíram crédito tributário nos últimos anos doze anos continuam em trâmite administrativo, como foi o julgamento TAF, que manteve o auto. Os outros três autos de infração estão em trâmite regular dentro da Secretaria de Fazenda. Então, peço que se consigne em ata, na forma do art. 88 de forma que isso fique bastante esclarecido e claro para a Comissão, fundamentalmente, e que os processos, onde tramitam esses créditos tributários, estão disponíveis e vão ficar disponíveis aqui para a comissão.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Muito obrigado, Secretário.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
31	05	2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL	39

Isso é mais inflamação causada pela imprensa. Temos de ter o cuidado de separar bem.

Eu vi também pela imprensa que a Avon, a Jequiti, não sei se outras, teriam solicitado o mesmo direito – vou ter cuidado agora, já que V.exa. me corrigiu, pois não se trata de benefício – e que a atual subsecretaria não teria atendido, teria mandado para a Procuradoria, que não se manifestou, devolvendo para a subsecretaria, onde há uma tendência de negar. Se isso de fato acontecer vai gerar um desequilíbrio, uma falta de isonomia entre as empresas, digamos assim. Isso não geraria um grande problema?


SR. WILSON JOSÉ DE PAULA – Concordo. Geraria, Deputado. É importantíssimo isso. Eu vi também a matéria. Não tive a curiosidade de buscar algumas informações. O senhor até acrescentou algumas que vou procurar saber, porque realmente eu não sei. Primeiro...

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Tem só sobre a decisão.

SR. WILSON JOSÉ DE PAULA – Não. Pois é. Não, mas tem certo fundamento. À exceção dessa questão de Procuradoria, isso aí...

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Eu não sei também.

SR. WILSON JOSÉ DE PAULA – Enfim, o fato é o seguinte: atribuição para assinatura do termo é do Subsecretário da Receita, função que eu exerci em 2013, 2014, se eu estivesse lá com essa disposição, eu já teria assinado. O Subsecretário que está lá também, pessoa extremamente competente, não assinou, conforme

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA	NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data 31 05 2016	Horário Início 11h	Sessão/Reunião CCJ – SEM REVISÃO FINAL	Página 40

informação que me foi passada ontem. As empresas, ou pelo menos uma delas encontra-se com problema de certidões. Esse é o motivo pelo qual não saiu ainda. Não existe qualquer outro motivo, mesmo porque eu não posso fazer parâmetro


PatríciaSTEIN R07

mesmo por que eu não posso nem fazer parâmetro com a Natura. Eu tenho de fazer parâmetro com os outros cem, que têm um termo. E aí causariam um problema terrível. Nós sabemos, como eu mostrei aqui, só a Natura, em dez dias de nota, coloca, no mínimo, 7 mil consultoras complementando a sua renda, fazendo a venda dos seus produtos, assim como a Mary Kay, assim como a Avon, é um complemento de renda importantíssimo hoje.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Isso gera realmente uma preocupação. Quero acrescentar que esse caso parece ser diferente do caso da Natura, em que sequer houve a provocação. Nesse caso, houve uma provocação, uma iniciativa das empresas. Se negado, realmente, torna-se mais grave, porque, no caso anterior, sequer houve, nesse caso, houve. E caso seja negado, de fato, isso pode, inclusive, gerar aí talvez uma ação judicial e uma discussão política, nesta Casa. Eu não tenho dúvida disso.

SR. JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA – Deputado, se V.Exa me permite, isso não acontecerá, em hipótese alguma, na Secretaria de Estado da Fazenda.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Fico (ininteligível) em saber isso.

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA	NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data 31 05 2016	Horário Início 11h	Sessão/Reunião CCJ – SEM REVISÃO FINAL	Página 41

SR. JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA – Igualdade de condições: todas as empresas terão o mesmo tratamento, V.Exa. pode ficar tranquilo.

Se é um problema de certidão, a empresa tem que resolver, e, quando resolvido, o tratamento será igualitário para todas as empresas.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Secretário, obrigado.

Eu fico mais tranquilo, primeiro, porque eu não estou pedindo por elas, porque até não as conheço, não sei quem são os proprietários. O que a gente reclama é apenas a isonomia de tratamento e aí eu fico muito tranquilo em saber de V.Exa. que, de fato, esse tratamento será dado.

Se foi concedido no passado, tem de ser concedido agora. O Sr. Secretário Wilson, inclusive, tinha dito que, se fosse ele, ele já teria feito. Então, isso nos dá muita tranquilidade e agradecemos.


A minha última pergunta... Apesar de que essa acabou respondendo também. (Pausa.)

SR. JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA – Se não tiver mais pergunta, eu gostaria...

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Mas mesmo que tenha, V.Exa. aqui, por favor, Sr. Secretário.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Deputado Wellington Luiz, V.Exa. pode terminar e, no final, a gente faz as considerações do Sr. Secretário.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Não, o Sr. Secretário tem prioridade.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
31	05	2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL	42

Eu vou encerrar aqui.

Eu acho que o Sr. Wilson e o próprio Sr. Secretário acabaram respondendo, com duas ou mais respostas, que valeram para duas perguntas. Sinto-me satisfeito. Eu agradeço a forma respeitosa e esclarecedora, inclusive, como os dois Secretários nos responderam. Agradeço mais uma vez, tanto a vinda quanto a forma como os dois nos esclareceram e nos colocamos à disposição.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Agradeço a participação do Deputado Wellington Luiz, que muito contribuiu conosco, com perguntas. Deputado Wellington Luiz, V.Exa. está satisfeito, não tem mais perguntas?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Estou satisfeitíssimo.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – O Deputado Julio Cesar não vai fazer perguntas. O Deputado Robério Negreiros acho que já foi.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Faz uma, Deputado Julio Cesar! Só uma! Para eu não ficar sem graça. Faz só uma, aí, por favor.


DEPUTADO JULIO CESAR – (inaudível)... Estou satisfeito.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – (Risos.) Sr. Secretário, eu queria passar a palavra para V.Exa. fazer as considerações. Caso o Sr. Secretário-Adjunto também queira dar uma palavra final.

Com a palavra, o Sr. Secretário.

SR. JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA – Muito obrigado.

Eu acho que a gente pode encerrar aqui, Deputada.

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
31	05	2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL		43

Eu gostaria primeiro de agradecer a nossa convocação e dizer que a Secretaria de Estado da Fazenda prima e vai continuar primando sempre pela transparência dos atos.

É bom registrar que nós assinamos agora, em fevereiro, um contrato, com o BID, no valor de US\$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de dólares). A maior parte desse recurso era voltado para aprimoramento dos sistemas e dos processos de trabalho interno da Secretaria de Estado da Fazenda, tendo, como prioridade, a transparência desses processos, principalmente, para os contribuintes, na medida em que a gente estará colocando, à disposição dos contribuintes, cada vez mais informações, nos sistemas da Secretaria de Estado da Fazenda, procurando tratar o contribuinte como um parceiro, afinal, de contas é ele quem paga o salário de todos nós, inclusive, aqui, da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Eu acho que é fundamental que ele tenha um tratamento muito específico, que seja muito bem cuidado.

Outra questão fundamental

s/Ana LúciaPatríciaSTEIN R07

PatríciaStein r07


Outra questão fundamental – eu acho que ficou claro para todos aqui –: a questão da Natura não é um caso específico. Não foi um caso em que foi dado um tratamento diferenciado. Outros convênios da mesma natureza já haviam sido assinados no passado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL	44

Uma questão que deve ficar muito clara aqui é que não existe a menor possibilidade de ter se dado um benefício, como dito no jornal, em que o GDF abriu mão de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) de arrecadação. Ficou demonstrado que a arrecadação da Natura é em torno de R\$ 19.700.000,00 (dezenove milhões e setecentos mil reais), por ano, e, para que a gente pudesse trazer um benefício desse, em valores presentes, isso teria de ser feito, nos próximos 20 anos, com o Governo abrindo mão de arrecadar, durante 20 anos. Jamais faríamos isso. Acho que seria algo incompatível.

Uma outra questão fundamental – e essa, sim, eu acho que é importante, Deputado – é a questão dos convênios versus os decretos, em que o Estado procura adequar aquelas legislações aprovadas no Confaz à realidade do próprio GDF. Mais uma vez, eu insisto que isso não é uma exclusividade daqui, do GDF, levando em conta a realidade de todos os estados brasileiros hoje, que passam por situações extremamente difíceis na sua arrecadação. A crise econômica hoje impacta diretamente sobre a arrecadação. Se o cenário econômico não melhorar, nós teremos dificuldade, como todos os estados, ao final do ano, para pagar as folhas de salário em dia. E isso é uma realidade clara. Nós apostamos que haverá uma melhora, no cenário econômico, no segundo semestre. E aí, sim, o GDF tem uma característica distinta da maioria dos estados porque aqui basicamente são serviços e consumo, ou seja, na medida em que a economia dê sinais de melhora, o GDF é um dos que mais rapidamente se recupera em termos de arrecadação. Diferentemente

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
31	05	2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL	45


dos estados, que dependem de *commodities*, que dependem de *royalties*, que dependem de grandes fábricas. O processo de melhoria de arrecadação desses estados é muito mais demorado, principalmente para aqueles que dependem de *royalties* de petróleo, que dependem de *commodities* de minério ou mesmo de exportações em grande volume. Então, nós temos um cenário e acreditamos que a economia apresentará melhorias, no segundo semestre, o que permitirá que a arrecadação do GDF melhore significativamente, a fim de que a gente consiga fazer frente aos nossos compromissos.

Eu gostaria de deixar aqui, finalmente, primeiro o agradecimento pela nossa convocação.

Quero dizer que a Secretaria, cada vez mais, trabalhará para que os seus processos sejam transparentes, a fim de que toda a sociedade possa ter acesso a qualquer decisão que for tomada no âmbito da Secretaria da Fazenda.

Nós temos o compromisso de que, se algo não foi feito da melhor maneira possível, nós vamos melhorar os processos para que não restem dúvidas sobre as práticas que são feitas dentro da Secretaria da Fazenda, afinal de contas, somos servidores públicos e temos de prestar contas à sociedade.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal é a legítima representante desta sociedade, então, toda vez em que formos convidados, convocados ou em que houve qualquer necessidade de interlocução, com a Fazenda, estaremos sempre aqui, disponíveis.

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
31	05	2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL		46

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Muito obrigado, Secretário.

Secretário, eu indago se é possível disponibilizarmos, no *site* da CCJ, esse material, para o caso de alguém querer consultar sobre o tema. Isso é permitido?

Eu queria agradecer ao Secretário, ao Secretário Adjunto da Fazenda pela presença e pela deferência a esta Casa. V. Exas. vieram extremamente dispostos a dar as explicações necessárias. Em nenhum momento se omitiram ou deixaram de passar as informações, as explanações necessárias.

Acredito que as colocações feitas, pelos senhores, foram suficientes. Eu entendi, desde o início, quando V.Exa. colocou a diferenciação do preço de catálogo para a venda real. Entendi que existe uma diferença mesmo.

Como bem foi colocado, 19 milhões de arrecadação, por ano, não daria 40 milhões, então, existe uma discrepância no que foi colocado na imprensa.

Eu gostaria também de informar que a CCJ enviará cópias das notas taquigráficas do que foi dito, nesta reunião, à Secretaria de Fazenda, caso a Secretaria queria acrescentar mais alguma informação, para que a gente possa ter esse material um pouco mais completo.

No mais, eu queria agradecer muito a presença do Deputado Wellington Luiz, que veio contribuir conosco. Agradeço ao Deputado Julio Cesar, Líder do Governo, que veio fazer a sua contribuição também. Eu queria agradecer a presença de todos e dizer que estamos a disposição, nesta Comissão, de prestar os devidos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2016	11h	CCJ – SEM REVISÃO FINAL	47

esclarecimentos à sociedade. Agradeço muito a disponibilidade dos senhores, por estarem aqui, dando essa importante informação, para nós e para a sociedade.

Pairava uma dúvida que precisava ser dirimida a fim de que não houvesse nenhum entendimento errado da real situação.

Eu agradeço muito.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h25min.)

PatríciaSTEIN R07